

## ATA Nº18

----- **Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 26 de abril de dois mil e vinte e quatro.** -----

----- Ao vigésimo sexto dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e trinta e quatro minutos, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelo(a)s senhor(a)s Madalena Marques Santos Simões Pinto e Tony Richard de Oliveira Almeida, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 23/02/2024;** -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

----- **C – Justificação de faltas;** -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA 2023;** -----

----- **PONTO TRÊS: REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE VAGOS – PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DOS COEFICIENTES DE LOCALIZAÇÃO, POR FORÇA DA ALTERAÇÃO DO PDM;** -----

----- **PONTO QUATRO: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023;** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: --

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Maria Helena Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Victor Fernando Santos Neto, Liliana Barreira, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, Maria Pedro Almeida Neves Ferreira da Silva Hermes Fernandes, em substituição Sérgio Martins, e Sérgio Domingos, em substituição de Andreia Marques, eleitos na lista do PSD. --

----- Óscar Lopes Francisco, Rogério Paulo Soares, Diana Ferreira Julião e António Bastião, em substituição de Rodrigo Capeloa, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Ana Cristina Silva, em representação de João Paulo das Neves Silva,

Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à sessão os senhores Deputados Sérgio Manuel Jesus Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Rodrigo dos Santos Capeloa, Alexandre Ferreira Marques, e João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Sousa Gonçalves, o senhor Vice-Presidente Pedro Miguel Carvalhais Bento, e o(a)s senhare(a)s Vereadore(a)s Sara Caladé, Maria do Céu Marques, Susana Gravato e Ana Micaela Simões. -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 23 de fevereiro de 2024.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a ata, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na sessão. ---

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, no período compreendido entre vinte e seis de fevereiro e 26 de abril de dois mil e vinte e quatro. Entretanto, realçou um requerimento do grupo municipal do PS a pedir alguns esclarecimentos, relativamente à Fundação Serralves, que foi encaminhado para o senhor Presidente da Câmara que respondeu ao mesmo, tendo sido a resposta remetida ao requerente. Durante o dia de hoje a Mesa recebeu uma carta da senhora Maria de Fátima Ferreira Estanqueiro a expor uma situação relativamente ao ruído produzido pelos conjuntos musicais nas Festas de Parada de Cima e pede disponibilidade para resolução rápida da situação. A munícipe não é contra as Festas, simplesmente pede uma resolução quanto aos efeitos do barulho. O requerimento será remetido ao senhor Presidente da Câmara e solicita o melhor tratamento possível em relação ao assunto. Relativamente ao 25 de Abril, no dia de ontem a sessão decorreu muito bem, a cerimónia foi muito bem conseguida e estamos todos de parabéns. O tempo ajudou e era uma pretensão da Assembleia Municipal, há muito tempo, trazer esta cerimónia para a rua e ontem conseguiu-se fazê-lo. A sessão contou com muitas pessoas, as atuações foram extraordinárias. Foi um momento bem conseguido e que dignificou muito aquilo que se está a comemorar, a celebração dos 50 Anos do 25 de Abril, esta data tão importante para o País, para o Concelho de Vagos e para os Órgãos Autárquicos eleitos. Este foi um momento brilhante, a somar a todos aqueles que já aconteceram. A Assembleia Municipal abriu estas celebrações no dia 25 de fevereiro, já houve muitos mais eventos no âmbito destas comemorações, que irão decorrer durante todo o ano. Aquilo que o senhor Presidente pede a todos os Deputados é que passem a palavra e participem e que acompanhem estas celebrações, porque o que está aqui em causa é sobejamente importante e, por isso, todos devem contribuir para esta divulgação e para reforçar e preservar a democracia. -----  
Hoje está a decorrer outro evento, que começou esta semana, o Entre Ler e o Brincar, e fica o convite para todos participarem. Hoje houve um outro momento, particularmente importante, decidido em reunião dos grupos municipais e que consiste em levar a Assembleia Municipal às Escolas do

Concelho de modo a ir ao encontro das crianças e falar desta temática de Abril. Mais do que falar o importante é ouvir e convidar os alunos para uma discussão sobre este assunto. No dia de hoje decorreu no Colégio de Calvão e foi inserido nas comemorações, que o próprio Estabelecimento de Ensino está a organizar no âmbito destes 50 Anos do 25 de Abril. A Assembleia Municipal esteve presente e foi um momento gratificante e enriquecedor, e saímos de lá rendidos à participação massiva dos alunos. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos membros que faltam à sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Do público pediram para intervir a senhora Francisca Gamelas, o senhor Paulo Jorge de Jesus Grave e o senhor João Luís Santos. -----

----- **Francisca Gamelas:** A senhora Francisca Gamelas usou da palavra e referiu que em maio de dois mil e vinte e três veio à Assembleia Municipal e informou que na terça-feira, dia dezasseis de maio de dois mil e vinte e três, às seis horas e trinta minutos, foi colocada ilegalmente uma casa móvel de madeira, na Rua Narciso Gravato, em Vagos. Do mesmo modo, na sexta-feira, dia dezanove de maio de dois mil e vinte e três, às seis hora e trinta da manhã, foi colocada uma segunda casa no mesmo local. Estas casas móveis foram instaladas num meio florestal sem respeitar as normas urbanas, sem as inspeções de segurança representando um risco elevado de incêndio para a florestas, casas e edifícios públicos de Vagos. A Câmara Municipal tem de assegurar a legalidade do organismo, a fiscalização do cumprimento das regras e minimizar o nível de exposição a riscos. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social, são iguais perante a lei e devem cumprir as mesmas regras. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito e isento de qualquer dever em razão da sua situação económica perante a questão de ordem pública. Relativamente a estas duas casas, na Rua Narciso Gravato, em Vagos, a Câmara Municipal tem de garantir que não são um perigo para a sociedade e para a Vila de Vagos e que sejam removidas o mais depressa possível. As casas móveis estão a aparecer na zona de Vagos em vários sítios. O artigo 6º do Código Civil Português estabelece que a ignorância, ou má interpretação da lei, não serve de desculpa. No entanto, a senhora Francisca Gamelas considera prudente fazer uma campanha para informar as pessoas que colocar casas móveis sem legalização e sem licença é completamente ilegal. A senhora Francisca Gamelas fez ainda referência à falta de acessibilidades nos espaços públicos em Vagos, que afeta as pessoas com mobilidade reduzida. Uma pessoa de cadeira de rodas, ou uma mãe com carrinho de bebé, partilham as dificuldades sentidas quando pretendem deslocar-se no Concelho de Vagos. É muito difícil uma pessoa com mobilidade reduzida se deslocar em Vagos, muitas vezes essas pessoas acabam por estar presas nas suas próprias casas. É muito importante encontrar uma solução para aumentar as acessibilidades no espaço público no Concelho de Vagos. Por isso, na opinião da senhora Francisca Gamelas, a Câmara

Municipal de Vagos deveria estudar os acessos antes de começar qualquer obra. Infelizmente, há muitos passeios, por exemplo, no centro da Vila que nem a pé se pode andar, quanto mais uma cadeira de rodas. -----

----- **Paulo Jorge de Jesus Grave:** O senhor Paulo Grave usou da palavra e referiu que tem duas questões, sendo uma delas uma repetição. A primeira prende-se com a instalação de casas de banho pública na Quinta do Ega. Na última vez que o senhor Paulo trouxe aqui o assunto o senhor Presidente referiu que havia lá a esplanada, mas que à segunda feira está fechada. O problema é que muitas pessoas utilizam aquele espaço público diariamente e se tiverem a necessidade de utilizar a casa de banho da esplanada terão de consumir, o que não faz qualquer sentido. Assim sendo, o senhor Paulo quer saber se o Município tem programado fazer ali uma casa de banho pública, já agora com acesso às pessoas com deficiência e com uns chuveiros para as crianças que praticam caiaque possam utilizar. É uma situação importante de se resolver porque aquele espaço é cada vez mais utilizado por muitas pessoas. A segunda questão, o senhor Paulo todos os dias de manhã leva a filha mais nova à C+S e a estrada que utiliza tem muitos buracos, tanto a Rua do São João como a Rua Padre Alyrio de Mello. Há uns anos houve um problema com o saneamento nestas ruas e houve a necessidade de reparação. O que acontece é que o alcatrão abateu e aqueles cinco centímetros a quem passa todos os dias ali torna-se incomodativo. Mesmo quando se chega à rotunda está lá uma tampa saliente que merecia uma reparação. -----

----- **João Luís Santos:** O senhor João Luís Santos usou da palavra para fazer uma chamada de atenção em relação às faixas de gestão combustível. Há caminhos onde existem acácias que já não deixam passar, por exemplo entre Calvão e a Lomba, entre a mata e os terrenos particulares. Neste momento é completamente impossível passar por ali, uma vez que as acácias com o problema que têm agora, aquelas sementes, descaem sobre as estradas e os caminhos rurais o que impede a passagem. Aquela limpeza tem de começar a ser feita, ou pela Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal. Se houvesse a faixa de gestão já feita nada disso atrapalharia, porque são dez metros para cada lado. Neste momento é completamente impensável passar em qualquer caminho rural, principalmente na zona do Estradão, Calvão e Vigia. Na Quinta da Mónica, onde acumula aquele lixo todo, neste momento não se consegue passar, nem sequer a pé. As pessoas começaram a colocar o lixo na parte da frente e depois na parte de trás. Neste sentido, o senhor João Luís alerta para a necessidade de a Câmara Municipal colocar cartazes de sensibilização para não depositarem lixo naquele local. Quanto aos caminhos rurais devia começar-se a tratar de os limpar porque estão em muito mau estado, principalmente devido às chuvas, com o excesso de água ficaram intransitáveis, até de trator. As valas também precisam de serem limpas, porque as águas não têm para onde correr e os terrenos estão completamente inundados, sendo impossível cultivá-los. É hora de começar a pensar mais nos agricultores, que o setor primário é vital para o Concelho de Vagos, já o foi e neste momento não é porque se esqueceram desta área. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos munícipes. Relativamente à questão da senhora Francisca Gamelas, que é bastante pertinente, já tinha sido aqui apresentada na Assembleia

Municipal, a Câmara Municipal, como efetuou para outros casos, tomou as diligências necessárias. Em algumas situações há mais dificuldades e neste caso a dificuldade teve a ver com a identificação do proprietário. Houve uma primeira tentativa de identificação através da GNR, que é o que se faz nestas situações. O senhor Presidente teve conhecimento que a senhora Francisca Gamelas esteve nos serviços da Câmara Municipal, no dia 24. Com a informação que a munícipe prestou a Câmara Municipal irá tomar todas as diligências necessárias para que, o mais rapidamente possível, se possa resolver esta questão. Este é um problema pertinente e a Autarquia não quer que se alastre ao Município. O trabalho está a ser feito, neste caso tem sido difícil, mas o compromisso que fica aqui, por parte da Câmara Municipal, é que se irá fazer tudo o que for possível para resolver o problema, mas tem de se cumprir os trâmites legais e é o que está a ser feito. Em relação às acessibilidades, tem-se vindo a melhorar, mas a verdade é que pode ser sempre melhor. Em zonas que já existem é sempre mais difícil fazer as requalificações, mas quando elas são feitas deve ter-se em atenção as acessibilidades. A Câmara Municipal vai iniciar um levantamento para ver os pontos onde se pode melhorar essas acessibilidades. Esta questão é pertinente, e veio na altura certa, e em todas as obras que têm sido feitas essa situação é tida em conta, mas muitas das vezes não é possível fazer. Relativamente às questões do senhor Paulo Grave, no que respeita às casas de banho públicas, depois da última Assembleia o senhor Presidente falou com o Chefe da Divisão do Planeamento e está a ver-se uma solução de enquadramento para aquele local. Aquela é uma zona sensível e, por isso, está a estudar-se uma solução. Entretanto, já se viu preços e com certeza que se irá encontrar uma resolução, o assunto não está esquecido está a ser tratado. Quanto aos abatimentos na via foi tomada nota e ir-se-á analisar a situação e ver o que é que é possível fazer. Em relação à intervenção do senhor João Luís Santos, faixas de gestão combustível terá de se falar com os senhores Presidente de Junta de Freguesia e ver o que é que se pode fazer, porque apesar de não ser uma competência da Câmara Municipal algumas medidas terão de ser tomadas para resolver a situação. Segundo informações que teve o senhor Presidente refere que esses trabalhos já está a começar a ser feito, mas compromete-se a averiguar e ver se é resolvido o quanto antes. No que respeita às valas a Câmara Municipal ao longo dos anos, apesar de não ser uma competência sua, e sim dos proprietários, tem vindo a fazer a limpeza das mesmas. Os proprietários nem sempre conseguem fazê-lo, porque muitos estão no estrangeiro, outros não podem ou não conseguem. Estes trabalhos têm de ser feitos em concordância com a ARH, porque a limpeza das valas tem regras para ser feita.

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **António Bastião:** O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e questionou o senhor Presidente da Câmara se estão previstas algumas reparações nas estradas Salgueiro – Lavandeira e Ouca - Rio Tinto. Entretanto, alertou que os semáforos em Calvão estão mais tempo avariados do que a funcionar e pergunta se há a possibilidade de fazer ali alguma coisa para resolver a situação. Em relação ao Trilho da Lontra, em Covão do Lobo, continua a não estar a placa sinalética, na zona

da igreja, e faz falta, porque é preciso algo que identifique o trilho de modo a evitar que as pessoas se percam. -----

----- **Juan Martins:** O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por questionar sobre o ponto de situação da zona industrial de Vagos. A segunda questão prende-se com os alcatroamentos que estão a ser feitos e as estradas do Concelho. O senhor Deputado realçou os km de alcatroamento que estão a ser feitos e sugeriu que quando se faz um alcatroamento que se acabe a questão das taquilhas, os escoamentos das águas pluviais, porque em alguns sítios são perigosos, vinte centímetros de diferença para quem anda de bicicleta, e não tem via ciclável, torna-se perigoso. Em relação às estradas, no caso Rines-Sanchequias, aquilo a que se está a assistir é a degradação de uma via nova por parte da EDP, da AdRA e de algumas empresas públicas, que fazem este tipo de serviços. Nesta estrada, já por diversas vezes, abriram um buraco enorme, houve um abatimento, teve assim cerca de um mês e meio, estava perigoso. Entretanto já foi reparado, mas tem-se assistido a cortes imediatos. Neste sentido, o senhor Deputado questiona se a Câmara Municipal tem algum plano de fiscalização destas empresas, porque esta é uma estrada nova e está a ficar deteriorada. Noutras situações é a questão da via ciclável, por exemplo no Centro de Ponte de Vagos onde uma das faixas de via ciclável já não é ciclável, porque tem uma série de buracos pois as empresas que trabalham nas obras colocam lá camiões e ficam abatimentos e cortes. O senhor Deputado deixa o alerta e sugere que a fiscalização da Câmara acompanhe estas situações para evitar a degradação daquela via. -----

----- **Bruno Julião:** O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por cumprimentar o senhor Presidente de Câmara, ainda não tinha tido oportunidade de o fazer, no exercício das suas funções e desejou boa sorte à senhora Vereadora. É possível, é legítimo e é normal, mesmo numa campanha centrada em Silvério Regalado, agora tenha este lugar e deseja-lhe boa sorte. Infelizmente, no país não houve a mesma leitura e, por isso, vive-se a instabilidade, mas espera que em Vagos continue tudo a correr com a estabilidade que é precisa. Entretanto, deixou algumas questões. A primeira, quando é que termina a obra de pavimentação da estrada que vai da Gafanha a Mira, uma vez que está a gerar alguns incómodos à população. Segundo informações que fizeram chegar o trânsito está lento e há buracos, o que está a gerar muitos incómodos e, aparentemente, a obra está a avançar lentamente. A segunda questão, também relativa à Freguesia da Gafanha da Boa Hora, se já alguma vez a comissão de trânsito considerou a instalação de bandas reguladoras de velocidade na Urbanização da Praia da Vagueira, porque é uma zona habitacional que apesar de ter lá uma ciclovia continua a ser uma via ampla. De vez em quando há alguns aceleras a circular nesta estrada e sendo uma zona habitacional seria de considerar a colocação de bandas. Entretanto, referiu que chegaram algumas queixas de cidadãos a dizer que os processos de pedidos de licença para a edificação e reabilitação têm sido muito lentos na Câmara Municipal. O senhor Deputado não sabe se há alguma informação sobre isso, são coisas importantes para a população, porque as pessoas pretendem seguir com o seu projeto de vida e querem que as coisas avancem rápido e, à luz do momento que se vive, a questão da habitação é muito importante que se resolva de forma célere de modo a pôr casas no mercado para ajudar a regular. É necessário ter mais casas

disponíveis e o poder local tem um conjunto de competências muito importantes nesse domínio e é preciso saber se há alguma forma de acelerar esses processos. Por último, questiona se o apoio às associações, respeitantes a dois mil e vinte e três, estão todos entregues, se há algum problema em relação ao assunto e se podem identificar esse problema e a que entidades diz respeito. -----

----- **Sidónio Sansana:** O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por fazer referência aos resultados das eleições legislativas. A preocupação não é tanto os cinquenta Deputados e sim coisas que interessam para o Concelho. O senhor Deputado tem o mau hábito de se deixar “cravar no cérbero” certos “chavões” que houve repetidos muitas vezes e há um que ouviu aqui ao longo dos dois últimos dois anos e meio e que foi aquela ideia de que *“não podemos fazer porque o PS não dá”; não se faz a ligação da ZIV à A17 porque o PS não dá os cinco milhões; “temos Centros de Saúde de Vagos fechados porque o PS não faz; não há transferência de competências na nacional 109 no Município porque o PS não faz. Portanto, é mais que óbvio para todos que o paradigma mudou em relação a Vagos. Neste momento já não é o PS, é o PSD, do Dr. Luís Montenegro que tão bem conhece Vagos e que prestou tão bons serviços jurídicos ao Município e faturou e, portanto, convém que ele continue a trabalhar tão bem em prol de Vagos e que comece a resolver algumas destas questões e que ponha em prática o seu programa eleitoral de termos médico de família para todos até dois mil e vinte e cinco, que essas coisas ajudam-nos aqui. Não podemos ficar-nos apenas por levar o Dr. Silvério Regalado para o Parlamento, os vaguenses precisam de algo mais da colaboração do Dr. Luís Montenegro.”* -----

----- **Filipe Jorge:** O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra para colocar algumas questões. A primeira prende-se com o Parque de Merendas e Lazer de Calvão e o processo de iluminação que foi prometido aqui em setembro do ano passado que ficaria concluído até ao final do ano. O que se sabe é que está quase pronto, mas não existe. O Barreiro é um local frequentado por cada vez mais pessoas, com mais atividades e torna-se inseguro quando a luz do sol desaparece. A Junta de Freguesia quer muito ter esse processo concluído antes do verão. Em segunda questão diz respeito ao Centro Social e Paroquial de Calvão, preocupa-o uma situação em particular, o autocarro da instituição. Teve conhecimento que a validade do autocarro está a chegar ao fim de validade, sabe que a instituição tem algumas dificuldades de tesouraria e, por isso, convidava o senhor Presidente e o restante Executivo para uma reunião com a direção do Centro Social e com a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia pode também ser uma parte interessada no encontro de uma solução. Por último, e porque já aqui se falou de estradas, alertou para a Rua Dr. Sá Carneiro, em Parada de Cima, tem o alcatrão a ceder de forma perigosa, e cada vez mais. -----

----- **José Martins:** O senhor Deputado José Martins usou da palavra e começou por cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, ainda não tinha tido a oportunidade de o fazer. O que o traz aqui são pequenas coisas, mas importantes. Tem havido fins de semana com muito calor e as praias têm sido fortemente visitadas. Como têm acontecido alguns acidentes em praias o senhor Deputado quer saber o que é que o Município tem feito, ou está a pensar fazer, para salvaguardar algumas dessas situações. Outra situação que abordou é constar que, na verdade, o trânsito de camiões na vila e nas vias secundárias de Vagos é muito menor, ato importante para os vaguenses. No entanto, fica

uma preocupação, ou seja, há muitas pessoas que trabalham com camiões, no Concelho de Vagos, e com estas medidas sofreram algumas consequências que têm de ser regularizadas. O senhor Deputado quer saber o que é que o Município já fez ou tenciona fazer em relação a essas mesmas pessoas. Uma situação que deixa o senhor Deputado contente é poder entrar neste Centro de Educação e Recreio e lembrar-se que havia aqui umas portas e uma janelas todas degradadas, durante uns anos largos, e hoje tem-se um aspeto novo, um isolamento do barulho bom e que este edifício continua a ser um local onde o Município tem investido muito dinheiro e continua a ser uma utilização cada vez maior. Por último, finalmente o senhor Deputado viu a Ponte de Fareja que até tinha um aspeto meio esquisito, mas que agora de noite tem uma beleza adicional e felicita quem projetou a iluminação, porque aquela zona fica bastante melhor como está neste momento. -----

----- **Óscar Gaspar**: O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por deixar um recado de um munícipe, que não pode vir hoje à sessão, por causa do estado de limpeza do cemitério, nomeadamente o talhão seis, onde há ervas de cerca de um metro de altura entre muitas das campas. Entretanto, referiu que ontem festejou-se o 24º aniversário do 25 de Abril e as comemorações não podem ter ficado só por aquilo que se passou ontem, mas concorda que correram muitíssimo bem. O senhor Presidente da Câmara ontem fez uma boa intervenção, falou bastante na questão do Marques Júnior e, por isso, não se deve deixar passar estes dias, estas semanas, sem a Câmara Municipal responder ao repto. Foi feito um requerimento por algumas entidades, e já não foi a primeira vez, há uns anos entrou na Câmara Municipal um documento nesse sentido, e o desafio do senhor Deputado é que se aproveite uma das próximas reuniões da Câmara Municipal para aprovar uma alteração toponímia do Concelho e atribuímos o nome do Capitão Marques Júnior a uma artéria do Concelho de Vagos. -----

----- **Hugo Santos**: O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e começou por deixar um alerta feito por um munícipe, ou seja, junto à Ponte de Fareja existe lá uma descarga menos legal e com um cheiro nauseabundo e, por isso, solicita que se verifique se isso se confirma. A segunda questão prende-se com os pagamentos em atraso, o Município está em falta com as Juntas de Freguesia, não está a cumprir os protocolos, e neste momento já estão dois trimestres em dívida, duzentos e quarenta e quatro mil euros. As Juntas de Freguesia precisam de um compromisso da parte do Município. Um trimestre será algo aceitável, mas mais do que isso não é sequer justo. Entretanto, lembrou a ata nº17, de 22 de fevereiro, onde foi dito que eram para ter sido feitos dois pagamentos, da transferência de competências, e só foi feito um deles, mas para não causar problemas iria ser feito outro em março. Na sessão de 15 de dezembro, e ficou na ata nº 16, dezembro, foi dito que durante o ano de dois mil e vinte e quatro terá de se olhar para o acordo de competências, porque este foi feito numa altura com determinados custos e hoje os custos são outros e, por isso, é necessário rever a possibilidade de um reforço financeiro. Estando a chegar-se a maio ainda não houve qualquer reunião agendada para tratar desse assunto e é necessário, de facto, sentar a discutir esta situação, porque as Juntas de Freguesia são parceiras, mas necessitam, realmente, que tenham esse apoio por parte do Município. As juntas de Freguesia estão cá para ajudar, no entanto também precisam desse apoio. Por último, fica um desejo, isto que este

alcatroamento que foi iniciado na Freguesia Ponte de Vagos continue o seu percurso e vá chegando até à Freguesia de Ouca que também precisa. -----

----- **Nuno Moura:** O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por felicitar o senhor Presidente da Câmara nestas novas funções e o senhor Presidenta da Assembleia Municipal pelos festejos que têm vindo a ocorrer do 25 de Abril. Efetivamente, tem tido a elevação que se pretendia e parabenizou a Câmara Municipal pela forma como têm decorrido e certamente vão continuar a decorrer. Entretanto, deixou algumas considerações. Uma primeira, para dizer que muitas vezes se tenta, com um jogo de palavras, fazer crer às pessoas coisas que não são na realidade. Em primeiro lugar comparar o facto de um Vice-Presidente de uma Câmara Municipal assumir a Presidência com a saída do Presidente com o que acontece no Governo é, no mínimo, caricato, ainda para mais para quem conhece tão bem as regras das eleições. Uma Câmara Municipal, para quem não souber é eleita uma lista, para o Governo não é eleito ninguém, ou seja, são eleitos Deputados para a Assembleia da República e depois o partido mais votado indica um nome que é nomeado pelo senhor Presidente da República para formar o Governo. Em segundo lugar, também não deixa de ser caricato que a intervenção do deputado do CHEGA aqui nesta Assembleia se preocupe com aquilo que se tem vindo a dizer. Efetivamente, muitas vezes houve a crítica de que o Governo do Partido Socialista não respeitava aquilo com que se comprometia, por exemplo, para o caso dos Centros de Saúde que ainda não se encontram a funcionar ao contrário daquilo que havia sido prometido. Outra coisa diferente é aquilo que o senhor Deputado Sidónio Sansana aqui veio dizer. Em momento algum foi usado o Partido Socialista como não fazendo isto ou aquilo sendo da responsabilidade do Município. Depois, continua a ser feio, mas após o 25 de Abril a liberdade permite isso, usar-se o nome do Dr. Luís Montenegro como sendo uma pessoa que foi contratada pelo Município de Vagos e, por isso, terá de beneficiar o Município de Vagos. Se houvesse o benefício do Município de Vagos pelo facto do escritório do qual o Dr. Luís Montenegro era sócio ter assessoria com a Câmara Municipal aí sim seria preocupante. O Governo deve fazer pelo Município de Vagos aquilo que entender que deve fazer. Entretanto, há outra questão, isto é, não se preocupar só com os Deputados eleitos pelo PSD, o próprio CHEGA, inclusive aqui em Vagos, tem um Deputado eleito, portanto, que use também esse canal para poder pedir apoio e Vagos possa ter ainda mais apoio. Por fim, referiu que percebeu que foi um lapso, por parte do senhor Deputado Óscar Gaspar, mas não foi o 24º aniversário do 25 de Abril e sim o 50º aniversário do 25 de Abril. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou pa palavra para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. Em relação á reparação da estrada Salgueiro – Lavandeira, sim está prevista. Esta é uma via que assim que possível vai ser intervencionada, está a proceder-se a identificação e levantamento. A estrada Ouca – Rio Tinto é outra situação, tem ali também um problema de águas pluviais e a intervenção tem de ser bem pensada, porque há ali um local que não é de fácil resolução por ser zona de barro. Quando o eixo sul ficar concluído, Vagos-Covão do Lobo, essa é uma das poucas reparações que falta fazer e que faz todo o sentido que se faça. Relativamente aos semáforos de Calvão é a situação que se tem, sempre que os semáforos avariaram é comunicado ao IP. Assim que a transferência de

competências passar para o Município a EN109 será a Câmara Municipal a ter de tomar conta da situação. Até à data, o máximo que a Câmara Municipal pode fazer é informar e pressionar, e é o que tem feito. Muitas vezes vêm arranjar o semáforo e depois ele entra novamente em modo proteção. O senhor Presidente sabem bem as dificuldades com os empreiteiros nesta área dos semáforos e o IP também as tem. Em relação à indicação do Trilho da Lontra irá ser tratada. Relativamente à ampliação da zona industrial de Vagos é uma situação já falada por diversas vezes com a CCDR. No dia vinte e nove, ao final da tarde, o senhor Presidente irá estar reunido com a Presidente Isabel Damasceno e esse é um dos assuntos que pretende abordar. Em relação aos alcatroamentos, algumas gelhas pluviais ficaram com uma profundidade maior, mas isto está previsto na empreitada. A via ainda está em obras, o empreiteiro não fez esse levantamento das grelhas no imediato, não se conseguiu que ele o fizesse, que era a maneira mais correta de o fazer, mas será feito. A via ciclável já está na garantia da obra, já é com a Câmara Municipal que tem o relatório feito, e já o enviou ao empreiteiro, e está a aguardar que essa situação seja corrigida. Em relação à estrada Rines – Sanchequias, e a outras que estão pelo Concelho, o que acontece é que a AdRA e a E-Redes fazem intervenções, sendo que a AdRA é mais problemática, e como não conseguem fazer aquela reparação final que devia ser feita, deixam género provisório, e só mais tarde é que vão terminar. Essa reparação final muitas vezes demora muito tempo. A Câmara Municipal tem um acordo verbal com eles em que passado algum tempo de ter havido um corte tem de haver uma reparação completa numa faixa de quatro ou cinco metros. Isso aconteceu em algumas ruas, mas não está a acontecer em todas e é uma dificuldade que se tem tido com o empreiteiro. O que se terá de fazer é mais uma ronda de reuniões com a AdRA para ver se esta situação diminui. Com a E-Redes não é tanto, mas também existe este problema. A estrada Gafanha – Mira estava previsto alcatroar aquele troço, mas, neste momento, a ordem das obras de saneamento fez com que viessem primeiro para a Gafanha da Boa Hora, e a AdRA não ia fazer noutro lado. O que irá ser feito são pequenas reparações, aqui ou ali, nesta empreitada de alcatroamentos, para manter a empreitada até a obra de saneamento estar concluída para depois requalificar toda a estrada. Por isso, é que estão lá as ciclovias e falta a outra parte, com grande pena, porque se estivesse tudo acabado ficaria um bom trabalho. Quanto à colocação de bandas na Urbanização Nova pode analisar-se a situação e ver se é possível. A Câmara Municipal começou a utilizar umas bandas de desaceleração, aquelas tipo borracha, e existem algumas em armazém e está a ser feito um estudo para ver onde é que se podem colocar. Há medida que vão chegando os pedidos os mesmos vão sendo analisados, porque tem de haver aqui alguma ponderação para não se ter o Concelho cheio de bandas, mas onde fizer sentido serão colocadas. No que respeita aos processos de licenciamento é uma situação complexa. A Câmara Municipal tem, também, alguma dificuldade nessa situação, mas não é só da Autarquia e sim de todos os que estão envolvidos no processo. Houve um incremento de processos e uma alteração legislativa e está a decorrer uma reformulação dos serviços nesse sentido. Com esta alteração legislativa, com a reformulação dos serviços e a simplificação que decorre dessa legislação a Câmara Municipal irá conseguir melhorar bastante este serviço. Quanto aos subsídios o senhor Presidente vai verificar e depois dará a informação, porque

não tem aqui presente de momento. Em relação à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana não concorda com o que disse e, por isso, não irá fazer qualquer comentário. Está há vários anos nesta Assembleia e nunca ouviu só isso, ouviu coisas muito interessantes e o senhor Presidente não se identifica com a forma como o senhor Deputado falou, não entende. Relativamente às obras no Parque de Merendas e Lazer de Calvão o senhor Presidente reconhece o atraso, a solução está encontrada, há orçamento, falta apenas lançar a empreitada. Na próxima terça-feira há uma reunião agendada e o assunto será falado, mas irá ser feito tudo o que estiver ao alcance para avançar com a obra. Quanto à reunião com o Centro Social e Paroquial e a Junta de Freguesia de Calvão com certeza, pode ser agendada o mais breve possível, irá combinar-se uma data na terça-feira. Na estrada de Parada de Cima há problemas no saneamento e a AdRA responsabilizou-se pelos abatimentos e na reunião que irá realizar-se o senhor Presidente irá dar nota desta questão. Relativamente aos Nadadores Salvadores nas praias do Concelho é um procedimento que a Autarquia tem adotado. O Coordenador da Proteção Civil faz uma avaliação, sempre que existe previsões anormais de temperaturas quentes fora da época normal, uma proposta ao Executivo Municipal e são colocados os meios que se conseguirem nas praias. Esta é uma prática que a Autarquia já fazia quando no final da época balnear o tempo quente se mantinha. Não é garantia que não possam vir a surgir problemas, mas acautela-se a situação mediante as possibilidades de modo a garantir a segurança das pessoas. Quanto ao trânsito de camiões foi o processo que a Câmara Municipal conduziu e que correu bem, há umas pessoas que concordam outras nem por isso, mas é sempre assim. Contudo, a situação melhorou bastante, era uma necessidade. O que falta agora é a ligação à zona industrial de Vagos à A17 e, aí sim, já se poderá resolver o problema de outra forma. Em relação à Ponte de Fareja é verdade que ficou bonita com a iluminação, agora ficam a faltar os acessos que serão concluídos assim que houver possibilidade, iluminar os acessos a nascente e a poente. Quanto à limpeza do cemitério está-se a tratar da situação. Em relação à toponímia, atribuição do Capitão de Abril Marques Júnior a uma rua, é uma questão que pode ser conversada e ver os trâmites necessários para tornar isso possível. O senhor Presidente concorda com a sugestão, um Capitão de Abril de Vagos, nascido em Calvão, é realmente de dar valor. Relativamente ao cheiro nauseabundo junto à Ponte da Fareja serão dadas indicações para ver o que se passa. Em relação ao pagamento às Juntas de Freguesia era para ter sido feito, mas, entretanto, não foi possível. Tal como o senhor Presidente havia dito vai ser reduzida a dívida e será feito um pagamento o mais rápido possível. Os alcatroamentos na Freguesia de Ouca com certeza chegarão, o empreiteiro fez agora uma paragem, por um período de quinze dias, mas irá retomar os trabalhos brevemente. Em relação à revisão dos valores das Juntas de Freguesia nas reuniões que se irão realizar, tendo em vista os novos alcatroamentos, ir-se-á abordar este assunto. -----

----- **Óscar Gaspar**: O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e esclareceu que referiu vinte e quatro anos a saber muito bem o que estava a dizer. Infelizmente, o Município de Vagos comemora o 25 de Abril desde o ano dois mil e um, ou seja, há vinte e quatro anos. É lamentável, ou seja, em cinquenta anos de comemorações nacionais, em cinquenta anos que se faz comemorações em todos os Municípios do País, daquela data histórica e maravilhosa do 25 de Abril,

Vagos chega atrasado à história. Vagos teve Câmaras PPM, Câmaras CDS e Câmaras PSD que se recusaram a festejar o 25 de Abril, apesar dos diversos apelos que o Partido Socialista foi fazendo. Era este o objetivo do senhor Deputado quando se referiu aos vinte e quatro anos, para não se chegar demasiado tarde à história. Lisboa tem uma artéria do Capitão Marques Júnior, Odivelas tem, outras terras têm, não há nenhum tipo de motivo porque Vagos não deva ter. Relativamente à intervenção inicial do grupo municipal do PS agradeceu a resposta do senhor Presidente da Câmara e solicitou o favor de lhes ser remetida a informação sobre os apoios, nomeadamente os que estão em atraso, às Instituições do Concelho. Em relação à política pura e dura o que foi dito sobre a crise nacional foi muito bem dito pelo senhor Deputado Bruno Julião. Não havia, não há, nenhum motivo para se ter constituído uma crise política que levou a que se acabasse com uma maioria absoluta que era legítima, legitimada pelo voto. Em todas as partes do Mundo, com este tipo de Constituição, era perfeitamente possível, e o mais razoável, que houvesse um novo Governo da maioria absoluta existente. -----

----- **Hugo Jorge:** O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que em relação aos alcatroamentos pediu que aquilo que venha a ser feito seja com “pés e cabeça”. O Concelho de Vagos é muito grande, há esse problema, e ao mesmo tempo um Concelho com pouca gente, comparando com o Concelho vizinho de Ílhavo, que terá metade do tamanho e talvez o dobro da população. Tudo isto reflete-se, depois, nos impostos cobrados, no dinheiro disponível e ao mesmo tempo na quantidade de kms que o Concelho de Vagos tem para fazer. De facto, é necessário esse plano de emergência, há estradas más, e o que o senhor Deputado pede é que isto seja bem feito, pensado onde é que é as coisas fazem mais falta e que seja feito com qualidade. É preferível fazer menos kms, mas com qualidade. A zona do Estádio e a estrada que vai da Escola Secundária para a Misericórdia tem, relativamente, pouco tempo e o alcatrão está -se a desfazer todo, e o mesmo acontece com a estrada da rotunda da Vagueira para a Senhora de Vagos. Por isso, tem de se pensar muito bem o que é necessário ser feito, é preferível fazer menos e fazer bem e com qualidade.

----- **Sidónio Sansana:** O senhor Deputado Sidónio Sansana voltou a usar da palavra e referiu que o senhor Deputado Nuno Moura ia gostar de ter tido o papel de controlador no Estado Novo, mas aqui, neste caso, não é preciso retórica. O senhor Deputado Sidónio Sansana gosta é de falar de números e de datas e aquilo que veio dizer é uma coisa muito simples, há uma alteração política a nível Nacional que pode facilitar a resolução de problemas estruturais deste Concelho que já foram resolvidos noutros Concelhos há décadas. Foi só isto que disse, esta é a sua agenda política, que é transparente, não tem outras agendas, porque pessoas como ele tão depressa entram na política como saem. Quanto ao resto, o senhor Deputado já mandava questões para os representantes nacionais quando o CHEGA tinha doze Deputados, não é preciso que o senhor Deputado Nuno Moura diga para o fazer agora com cinquenta. A única coisa que gostava de ter era que nível Nacional houvesse mais diálogo lá em Lisboa e o líder do PSD tem dado sinais preocupantes com essa questão. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e esclareceu que relativamente às estradas concorda com o que foi dito pelo senhor

Deputado Hugo Jorge. A Câmara Municipal tem vindo a melhorar desde o primeiro processo de alcatroamentos, foram detetadas algumas falhas e tem-se tentado corrigi-las. -----

-----F – Período da “ordem de trabalhos”: -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros.

----- **Bruno Julião:** O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e relativamente à área de planeamento e obras públicas referiu que no documento faz referência uma beneficiação de arruamentos em Calvão. A questão é, a que é que se refere exatamente? Este tipo de questões é sempre importante, porque compete aos membros desta Assembleia fazer esse escrutínio, ou seja, saber se as coisas estão a ser feitas e se estão bem feitas e quando não são discriminadas não se sabe. Na informação do núcleo de desenvolvimento económico, gabinete de apoio ao imigrante, continua a ver-se pouca participação e Vagos tem uma população imigrante grande, crescente. O senhor Deputado até admite que as pessoas não tenham dúvidas, a única questão é se este gabinete tem sido bem divulgado junto da população imigrante e como é que isso está a ser feito concretamente. Em relação à informação de apoios comunitários questionou sobre o ponto de situação de alguns projetos, importantes para o PS, no âmbito do PRR: radar social; estratégia local de habitação de Vagos. Estes projetos são importantes, porque alguns deles serão para ajudar os mais desfavorecidos e tem a ver com a maneira de ver a sociedade no acesso à habitação. Relativamente à área de energia e manutenção de infraestruturas verifica-se que foram registados diversos pedidos de intervenção, o grupo municipal do PS sabe que há mudanças de postes pedidos há vários anos na E-Redes. A questão que se coloca é o que é que Câmara Municipal tem feito para ajudar a agilizar esse processo. Também há aqui uma referência a uma avaria num portão automático de acesso ao cemitério de Vagos, um portão que, ao que parece, foi colocado há muito pouco tempo e já está avariado, qual é a razão? Por fim, em relação aos serviços operacionais desapareceu a referência a limpezas e serviços diversos, que era costume ter, quanto mais discriminados melhor e sempre que for possível fazê-lo é bom que se faça para se poder fazer um bom escrutínio. -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra para realçar uma atividade que decorreu durante o mês de abril, o Dia dos Moinhos Abertos e felicitou o Município, porque tem trabalhado com as Freguesias no sentido de promover esse dia. Em termos de avaliação, na Freguesia de Ouca houve muitos mais visitantes do que no ano passado, cada vez há mais pessoas que procuram este dia. Naturalmente, isso também traz mais desafios, mais dificuldades e a necessidade de que cada vez mais esta parceria com o Município seja sustentável e cada vez mais estreita e, por isso, aguarda-se com alguma celeridade o agendamento de uma reunião para se conseguir trabalhar com algum tempo os desafios que se avizinham. -----

----- **Sidónio Sansana**: O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que hoje irá falar mais sobre o direito à informação. Na última Assembleia o senhor Deputado já havia louvado o facto de finalmente ter havido uma informação detalhada sobre o Palacete e hoje tem de vir fazer o contraponto. Na área do planeamento: com intervenções a decorrer no Palacete; reparação da estrada de Vagos – Lombomeão, que era suposto iniciar-se; pavimentação de vinte e cinco estradas, para as quais se solicitou autorização para um empréstimo de quatrocentos mil euros, na sessão da Assembleia Municipal de quinze de dezembro passado; construção da Estação Náutica da Praia da Vagueira, supostamente parada por causa de um diferendo com o empreiteiro, sem que se saiba por onde anda o dinheiro do empréstimo que foi solicitado para essa intervenção. Sobre estes assuntos todos, poucos com certeza estão em curso, aquilo que há no planeamento é isto. Isto é uma folha em branco. Era importante que, pelo menos em questões em que estão envolvidos empréstimos que foram solicitados a esta Assembleia Municipal, houvesse o cuidado de ir informando o porquê das obras não estarem a avançar e onde é que anda esse dinheiro. O que é que isto leva a pensar? Questionou. O senhor Deputado recordou que o Presidente Silvério Regalado disse, aqui, uma vez, em resposta a uma pergunta sua, o que é que se iria fazer quando acabasse o dinheiro, que não havendo mais dinheiro não há mais obras. A sensação que fica é que se chegou a esse momento. -

----- **Juan Carlos Martins**: O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra para colocar uma questão. Entretanto, esclareceu que a autorização de um empréstimo não é a mesma coisa que uma concessão de empréstimo, isto para responder ao senhor Deputado Sidónio Sansana. A questão prende-se com a parte financeira, e comparando com dois mil e vinte e dois, a comparação com dois mil e vinte e três irá falar-se a seguir, há um aumento da dívida em cerca de quatrocentos mil euros em relação a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois. Há aqui uma transferência de valores de um lado para o outro, fornecedores conta corrente aumentou, por contrapartida das dívidas dos fornecedores de investimento. A pergunta é se apesar do aumento de dívida em relação a dois mil e vinte e dois, porque em relação a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três a dívida é inferior, este aumento de fornecedores conta corrente, passagem de um lado fornecedores de investimento por fornecedores conta corrente. Entretanto, realçou a diminuição em relação a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três e o valor, pouco significativo, de quatrocentos mil euros em relação a dois mil e vinte e dois. -----

----- **Óscar Gaspar**: O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e apresentou uma preocupação e uma reflexão. A preocupação tem a ver com a execução financeira e o facto de já se estar em abril, mais de três meses de execução, e em termos dos investimentos estar-se num nível de 6%. O ponto mais relevante da informação do Presidente tem a ver com a transição, e um ponto um pouco estranho, porque o senhor Presidente elogia o seu antecessor e agradece-lhe o trabalho feito, mas depois diz que afinal ele suspendeu por seis meses e, portanto, fica-se na dúvida. Com isto quer dizer que foi ver o que dava, se gostava de Lisboa, foi de férias seis meses, o que é que aconteceu? Questionou. A perceção política que existe é muito clara, é que o Dr. Silvério Regalado, claramente, não acredita que este Governo dure mais que os seis meses e, portanto, não quer perder o lugar e está-se a preparar para se houver chumbo do orçamento de Estado volte e depois terá de

se reverter este agradecimento e esta transição. O senhor Deputado considera que isto politicamente é algo de inaceitável nos vaguenses, não querem um Presidente que não sabe se quer ser Presidente da Câmara se quer ser Deputado. Uma outra nota, já aqui referida, há um outro Deputado de Vagos, o Dr. Armando Grave, foram vizinhos de casa, estão em antíteses políticas, mas o senhor Deputado Óscar Gaspar tem para si que este senhor é uma pessoa sensata, séria e é de Vagos, e apesar de todas as diferenças políticas faz fé que possa dar um bom contributo à política e a Vagos.

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para esclarecer as questões colocadas. Relativamente à beneficiação de arruamentos em Vagos e Santo António tem a ver com o Caminho dos Cavaleiros. Quanto ao gabinete de apoio ao imigrante estes dados estão nos parciais, está a funcionar, está a trabalhar, está instalado no CER, tem recebido pessoas, tem tido contactos, via on-line ou presenciais, e são os que procuram. Neste período foram seis atendimentos, mas há períodos em que são mais, esta informação é relativa a dois meses. Em relação aos fundos comunitários, que o senhor Deputado Bruno Julião referiu, estão todos também nos parciais, há a informação geral e depois há essa discricção, mas se for necessária mais informação também a fará chegar. Quanto à mudança de postes pela E-Redes poderá haver alguns atrasos, mas sempre que a Câmara Municipal tem conhecimento de alguns pedidos, de mudanças de postes, pressiona e tem conseguido resolver as situações. É natural que haja alguns atrasos, mas não com essa envergadura. O que poderá acontecer é ser algum poste de média tensão na ciclovia, há um na Rua da Fonte, a caminho da zona industrial, que já devia estar feito. Acontece que essa linha só pode ser feita em serviço a um sábado e devido aos problemas com os sindicatos da EDP não há funcionários a trabalhar aos sábados, estão a manifestar-se, é um direito deles, daí não atenderem situações de emergência aos fins de semana. O que acontece é que para mudar aquele poste tem de ser ao fim de semana para não se colocar em risco a zona industrial. Em relação ao Dia dos Moinhos foi uma iniciativa que correu muito bem, e felicitou a Vereadora Sara Caladé pela atividade, é ela que está a acompanhar esse processo. Relativamente à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana não agradou ao senhor Presidente pelas insinuações que são feitas. O dinheiro não foi utilizado, foi pedido, mas não foi utilizado, senão há obra ou está no banco ou mesmo que venha não é utilizado para outra coisa. Quando se pede um empréstimo é para ser utilizado para o fim a que foi solicitado e não para outra coisa qualquer. Depois, o que fica no ar, para a pessoas que estão a ouvir, é que a Câmara Municipal está a desviar o dinheiro para outras coisas, e o senhor Presidente não concorda com essa maneira de fazer política. No que respeita à dívida houve, realmente, um aumento, ao fazer obra, as situações todas que se conhecem de juros, e de várias situações, fizeram com que a dívida subisse ligeiramente. Já se sabe que havendo investimento há aumento da dívida. A Câmara Municipal teve uma situação no fecho do 2020 em que houve várias despesas de capital, tiveram de se fazer vários pagamentos para depois receber os apoios comunitários para não os perder. O que aconteceu foi que a conta de fornecedores aumentou a conta corrente. Com os fundos comunitários que se estão a receber ir-se-á regularizar essa situação, de forma a descer a dívida, mas foi um ato de gestão que a Câmara Municipal foi

obrigada a fazer. Em relação a situação do ex-Presidente Silvério Regalado é a lei, pediu suspensão de mandato durante seis meses porque a lei prevê, se está previsto na lei pode ser feito. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA 2023;** -----

----- Sobre este assunto, e para efeitos de cumprimento do disposto no nº 2, do artigo 10º, da Lei nº 24/98, de 26 de maio, e alínea u), do nº 1, do artigo 35º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, na reunião de 18/04/2024, deliberou remeter à Assembleia Municipal o Relatório de Observância do Direito de Oposição (Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023). -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal não fez qualquer comentário sobre o ponto, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros, mas mostrou-se disponível para prestar os esclarecimentos necessários. -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra para deixar algumas sugestões que irá depois remeter por escrito para o Presidente da Mesa, para depois reencaminhar para o Executivo Municipal. No direito da informação poder-se-ia colocar no relatório, o seguinte: uma relação do tempo de resposta aos pedidos, assim como aos requerimentos dos grupos municipais; a quantidade de pedidos de informação que são remetidos, quer à Assembleia Municipal quer aos Vereadores; uma relação das deliberações tomadas quer na Assembleia Municipal quer no Executivo. Relativamente à consulta prévia: uma relação das presenças nas reuniões de conferência de líderes; a relação das reuniões tidas com as delegações dos partidos políticos por parte do Executivo Municipal, quando são solicitadas. No direito da pronúncia: solicitar aos representantes dos titulares dos direitos da oposição na Câmara Municipal que exercem funções a pronúncia por escrito em relação ao relatório, seja solicitado por escrito que estes se pronunciem sobre o relatório para depois se poder aqui debater. Na síntese, um pequeno resumo das atividades dos órgãos, quer da Assembleia Municipal quer do Executivo Municipal nomeadamente na tipologia das sessões/reuniões extraordinárias. Estas sugestões serão enviadas por escrito para tentar enriquecer este documento para depois se debater com outra informação nele contida. -----

----- **Sidónio Sansana:** O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por referir que o tal empréstimo da Estação Náutica esse dinheiro não foi utilizado. É uma explicação simples, se for essa, mas que o senhor Deputado já anda a pedir há muito tempo. As outras obras que referiu no ponto anterior ficou a saber-se o mesmo em relação ao andamento delas. São obras que recebe num dia informação que elas avançam, depois desaparecem das informações oficiais e não se percebe porquê. A sugestão que o senhor Deputado deixa é que terá de haver alguma informação escrita mais detalhada e recorrente em relação a este tipo de questões tão pendentes. A questão da paragem, e do motivo, da Estação Náutica não sabe se está escrito em algum documento porque no meio de tanto papel não pode garantir, mas só soube disso, só conheceu o motivo, porque trouxe aqui a questão. Os membros da Assembleia Municipal não têm de andar permanentemente a tenta

perceber o que se passa com estas questões, isto é o problema do direito à informação. O direito à informação não é só um pró-forma, porque este documento é um pró-forma. Em relação ao ano passado, e aos anos anteriores, mudou a identificação do Presidente da Câmara e o acrescento de uma referência legal, de resto é tudo igual. É tão igual que para não se perceberem as semelhanças só está no site da Câmara Municipal o relatório de dois mil e vinte e um, o de dois mil e vinte e dois não está lá, é mais uma sugestão. -----

----- **Bruno Julião:** O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que este é um relatório que explica, basicamente, como é que a Câmara Municipal respeita os direitos da oposição. Nota que este é um documento muito parecido com os do ano passado, é um pouco pobre, é, neste sentido, um pouco proporcional aos direitos da oposição. Os três primeiros pontos são, obviamente, desnecessários e é obvio que deixam isso no documento para não terem de passar a vergonha de apresentar um documento de apenas uma página a enunciar como é que foram respeitados os direitos da oposição. Desde logo, é irónico que um documento sobre os cumprimentos dos direitos da oposição não cumpra os direitos da oposição, porque à luz do artigo 10º do estatuto o relatório deve ser previamente remetido às oposições. Como é evidente, e já foi aqui dito, o senhor Presidente referiu que o documento pode ser alterado, mas isso era antes e por isso é que existe aquele artigo no Estatuto do Direito da Oposição. A posição recebe o texto e diz o que é que quer alterar. O grupo municipal do CDS veio aqui dar um conjunto de sugestões, vão agora coloca-las no documento e depois trazem-no cá novamente à Assembleia Municipal. Perguntou. Claro que não, isto são coisas que têm de ser feitas antes, o texto tem de ser elaborado antes por todos. Entretanto, deixou uma nota sobre o direito de consulta prévia, outra coisa que o grupo municipal do PS traz aqui com assiduidade. A oposição deve ser consultada, por exemplo, no orçamento municipal, isto é, o documento tem de ser enviado às oposições para consulta prévia, e não é pedir aos serviços da Câmara Municipal que enviem uma pergunta às oposições a ver se têm alguma sugestão. O que diz a lei é que tem de ser enviado o orçamento antes, e o grupo municipal do PS faz essa chamada de atenção todos os anos, e a partir daí é que se fazem sugestões de alteração e assim é que se valoriza o debate do documento. Para além de não ser legal e aceitável valorizaria o debate político muito mais a nível do orçamento, que é um momento muito importante para o Município anualmente. O senhor Deputado questionou o senhor Presidente se vai mudar esse procedimento. Sobre a publicação das decisões e deliberações dos Órgãos Autárquicos, já que a Câmara Municipal é também a responsável pelo site, o senhor Deputado sugere que as atas da Assembleia Municipal pudessem estar no separador da Assembleia Municipal, em vez de estarem numa zona mais escondida que se chama documentação e que junto às atas pudessem ser colocados também os requerimentos que são aprovados. Os requerimentos são mencionados nas atas, mas depois não há conteúdo nenhum sobre os mesmos e isso faz sentido, algumas Autarquias fazem isso e é muito melhor assim. Em relação ao direito à informação as coisas, realmente, não são assim tão perfeitas como está na conclusão deste relatório. Por exemplo, para aludir a um tema já aqui abordado, perdeu-se a quantidade de vezes que foi aqui pedido o relatório sobre a queda das paredes do Palacete Visconde de Valdemouro. Durante muitos meses foi aqui pedido esse relatório, insistiu-se

imenso para ter alguma informação sobre o assunto e eram sempre dadas explicações um pouco redondas. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que as atas da Assembleia Municipal estão publicadas no site no separador específico da Assembleia Municipal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e esclareceu que relativamente ao Palacete Visconde de Valdemouro o assunto foi amplamente falado na Assembleia Municipal. O dossier com toda a informação está na Câmara Municipal disponível para consulta e até à presente data ninguém consultou. Sempre que foi questionado o assunto nesta Assembleia foi respondido. O processo do Palacete foi complicado, foi explicado aqui várias vezes pelo anterior Presidente, não tendo havido falha nenhuma de informação, mas há coisas que só podem ser ditas nos momentos certos. Há uma fase de gestão por parte da Câmara Municipal que tem sempre de ser feita pensando no interesse público, e isso acarreta algumas situações e algumas datas que se tem de decidir. Relativamente ao relatório o que se pode fazer, e vai ser analisada a informação que o senhor Deputado prestou agora, é ver onde se pode melhorar e corrigir algumas coisas que não estão da melhor forma. Por fim, agradeceu os contributos/sugestões apresentados pelo senhor Deputado Hugo Santos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que relativamente ao relatório não é obrigado a vir à Assembleia Municipal para discussão. Aquilo que a lei diz é que o relatório tem de ser feito, tem de ser habitualmente pedidos os contributos, enviando-o previamente para os partidos opinarem em relação a ele, e que a pedido pode ser discutido. O que tem sido prática, e que concorda em que assim seja, é o relatório vir à Assembleia Municipal independentemente se foi pedido ou não, foi pedido uma primeira vez a sua discussão, o que não acontecia, e a partir daí passou a vir sempre. É um documento que não é votado, apenas é discutido. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE VAGOS – PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DOS COEFICIENTES DE LOCALIZAÇÃO, POR FORÇA DA ALTERAÇÃO DO PDM;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 07/03/2024, que remete, para aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do CDPOP, CDGF e CDJRH, de 05 de março de 2024, transcrita para a respetiva ata, respeitante à correspondência da designação dos coeficientes de localização previstos no ponto C, do anexo B, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Vagos. O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização à Mesa para ser a senhora Vereadora Sara Caladé a fazer a apresentação do ponto. –

----- **Vereadora Sara Caladé**: A senhora Vereadora Sara Caladé fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada. -----

----- **Sidónio Sansana**: O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que tem duas questões em relação à forma como isto vai ser operacionalizado. A primeira questão, acabando com a diferenciação entre solos urbanos e solos a urbanizar, supondo que um solo a urbanizar nunca vai chegar a ser, efetivamente, urbanizado, há mecanismos que permitam que este solo possa vir a ser requalificado como rústico, ou vai continuar a pagar taxas indefinidamente como solo urbano sem o vir a ser? A segunda questão, criando-se a categoria única de espaços para atividades económicas, uma pequena loja de fundo de rua, que muitas vezes não dá rendimento para mais do que pagar o sustento ao proprietário, e mesmo assim muitas vezes com dificuldades, vai ser equiparada nas taxas a uma grande unidade industrial que muitas das vezes até é alavancada com apoios comunitários. Estes pequenos espaços comerciais não vão ser prejudicados com esta requalificação? -----

----- **Vereadora Sara Caladé**: A senhora Vereadora Sara Caladé usou da palavra para esclarecer as questões colocadas e referiu que o que aqui se está a falar é referente à fórmula de cálculo da taxa. O Município tinha uma fórmula de cálculo da taxa em que tinha coeficientes associados às designações que estavam no plano anterior, no plano de dois mil e nove. Agora, é só preciso fazer essa correspondência. O que aqui se está a fazer não tem nada a ver com a alteração da qualificação dos solos, isso foi feito em termos de plano, de PDM, na aprovação que foi feita da alteração e que decorre da legislação nacional. O exemplo que o senhor Deputado deu da pequena loja não tem nada a ver com isto, porque não está localizada num espaço industrial, como a ZIV e o PES que estão classificados em termos de plano como espaços industriais. A pequena loja está em solo urbano normal. -----

----- **Deliberação**: A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a correspondência da designação dos coeficientes de localização previstos no ponto C, do anexo B, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Vagos, nos termos propostos pela Câmara Municipal. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 18/04/2024, que, em cumprimento do disposto na alínea I), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou remeter à Assembleia Municipal, para apreciação e votação, os documentos de Prestação de Contas, respeitantes ao ano de 2023. O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento adicional. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal**: O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no final mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento. -----

----- **Hugo Santos:** O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra para fazer duas notas. Em dois mil e vinte e dois a despesas com juros cresceu 20%, em dois mil e vinte e três 207%. O reflexo da subida das taxas de juro traduz-se em mais de duzentos e setenta e seis mil euros pagos pela Câmara Municipal em juros. Esse montante dava para liquidar as dívidas às Freguesias. Na Freguesia de Ouca há, pelo menos, dois projetos que estão desde dois mil e dezoito em orçamento, nomeadamente a Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Ouca e a Regeneração Urbana do Largo da Capela da Carregosa. Ambos os projetos continuam por executar, o da Regeneração Urbana do Largo da Capela da Carregosa foi entregue há pouco tempo a reformulação do projeto e, por isso, gostaria que fosse alvo de uma análise atenta. O senhor Deputado espera que este ano haja algum desenvolvimento em relação a estes dois projetos. -----

----- **Óscar Gaspar:** O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que em nome pessoal e do Partido Socialista estão solidários com senhor Presidente da Câmara, porque não merecia este legado e percebe-se bem que diga que este é um documento técnico e que tenha demorado menos de três minutos a ser apresentado. Esta é uma execução orçamental que se traduz por mais impostos, por mais dívida, por mais prejuízos e que tem menos transparência. A receita de impostos aumenta 4,5%, a dívida aumenta 4,4%, o prejuízo é de quase quatro milhões e meio e em termos de transparência a certificação de contas tem uma série de reservas que não podem passar em claro. O grupo municipal do PS tem dito várias vezes que este é o documento mais importante que esta Assembleia aprova, não é o orçamento. O orçamento vale de pouco, porque a Câmara Municipal não o valoriza e não o torna, de facto, um verdadeiro documento de planeamento e de compromisso com o que se vai fazer, mas hoje é o dia da verdade. Diz o relatório do orçamento que há um plano plurianual de investimentos que totaliza onze milhões de euros e diz aqui que se ficou pelos cinco milhões duzentos e sessenta e seis milhões, ou seja, é falso, aquela afirmação do relatório é falsa, não corresponde à verdade, é um engano para esta Assembleia e para os vaguenses. Em relação à educação diz que os investimentos são para a reabilitação e requalificação do parque escolar. Assim sendo, ir-se-á fazer a prova dos nove, isto é, a ampliação da Escola Básica Dr. João Rocha Pai e ampliação da Escola Secundária de Vagos a coluna está a zeros. O senhor Deputado pensou que tivesse havido um problema na impressão, supõe que a execução foi zero. Podia ter também a ampliação da EB de Soza, da EB de Ouca, da EB da Vigia e da EB da Quintã. Portanto, aquilo que foi dito como uma das prioridades do orçamento para dois mil e vinte e três é falso, não aconteceu. O senhor Deputado apresentou um slide que na sua opinião bastaria para fazer a análise desta conta de gerência. Dizia-se que havia uma estratégia local de habitação para por em curso, que estavam previstos investimentos de um milhão e cinco e vinte e cinco mil euros, com vários investimentos, nomeadamente no Bairro da Corredoura, mais uma vez a coluna está a zeros, não foi feito nada e o nível de execução é zero e aqui é falso a declaração que estava no relatório. Depois diz-se que sobre os serviços culturais, recreativos e religiosos o investimento é de dois milhões e seiscentos mil euros, no qual estava a empreitada de Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro. O senhor Deputado recorda que este orçamento foi aprovado em dezembro de dois mil e vinte e dois, já tinha havido a rebocada. A Câmara Municipal quando

apresentou o orçamento para dois mil e vinte e três já sabia o que tinha acontecido. De qualquer maneira colocou-o aqui. Entretanto, referia como uma das prioridades o Centro Náutico e Piscatório da Praia da Vagueira e mais uma vez a coluna da execução do ano está a zeros, portanto, é falso o que está no relatório do orçamento, mais um engano a esta Assembleia e aos vagueenses. Depois dizia-se que havia um milhão e trezentos mil euros para a ligação à zona industrial de vagos e requalificação da Rua Padre Vicente Maria da Rocha, é falso. O senhor Deputado poderia dar mais exemplos, mas não vale a pena. Uma coisa é certa, o grupo municipal do PS disse aqui, na altura da discussão do orçamento, que não era possível aquele valor de investimento e quando muito haveria metade. Aquilo que aconteceu é que a execução ficou em cerca de 50%, ou seja, quando o PSD inscreve dois investimentos há pelo menos um que não é para fazer. Entrando um pouco mais em pormenor nos números, apresentou alguns quadros, da sua autoria, e os dois primeiros têm muitos números a vermelho, o nível da execução é radicalmente diferente, pior daquilo que estava previsto. Os níveis de execução em termos de despesas de capital ficaram por investir quatro milhões e setecentos mil euros. Tudo isto para dizer que com este quadro, que está a apresentar, é do relatório, o que se conclui é que o desempenho financeiro da Câmara Municipal, no ano passado, levou a um prejuízo na ordem dos quatro milhões e meio de euros. Para um conjunto de atividade em torno dos dezoito milhões de euros, para aquilo que conta para custos e proveitos, a Câmara Municipal tem um prejuízo de quatro milhões e meio. É curioso que isto não é um ano, os quatro anos do mandato do Dr. Silvério Regalado, como se pode verificar, o prejuízo é grande e é crescente: dois mil e vinte e um maior que dois mil e vinte; dois mil e vinte e dois maior que dois mil e vinte e um; dois mil e vinte e três maior que dois mil e vinte e dois. No acumular dos quatro anos, só nos últimos quatro anos desta gestão do PSD, os prejuízos da Câmara Municipal ultrapassaram os doze milhões e seiscentos mil euros, com uma agravante, para a qual o senhor Deputado gostaria de chamar à atenção. Disse aqui esta Câmara que ter-se-ia comprometido com os membros da Assembleia Municipal, pelo menos com aqueles que votaram favoravelmente o orçamento, que haveria um investimento acima dos dez milhões. Não foi assim. Os investimentos rondaram os cinco milhões e duzentos mil euros. Mas o que é curioso nas contas é que as amortizações, ou seja, a depreciação dos ativos do Município, é de cinco milhões e novecentos mil. O investimento que a Câmara Municipal fez nem sequer cobre aquilo que foi a depreciação dos ativos, ou seja, o Município não tem mais ativos passado um ano, tem menos. Esta situação, é algo que é muito preocupante, porque não tem a ver com o passado, não tem a ver com aquilo que é a prestação de contas em relação a dois mil e vinte e três, tem a ver com o futuro de Vagos e dos vagueenses. A Câmara Municipal não está a investir, não está a investir bem e isso é muito preocupante para o futuro de Vagos e dos vagueenses. Entretanto, mostrou um resumo da certificação de contas, a certificação de contas de dois mil e vinte e dois e de dois mil e vinte e três, e o que se pode verificar é que a de dois mil e vinte e três é muito mais grave e muito mais incisiva do que a de dois mil e vinte e dois. Há de facto uma degradação muito significativa das contas de Vagos nos últimos anos e menos transparência. -----

----- **Sidónio Sansana**: O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e, começando pela objetiva que há nestes relatórios, referiu a questão dos juros. Nos primeiros tempos do senhor Deputado aqui na Assembleia Municipal chamou à atenção muitas vezes que vinham aí tempos difíceis, que os juros a 0% iriam acabar e que se ia chegar a este situação. Portanto, houve aqui alguma incúria no passado na gestão da dívida, porque as pessoas acreditavam que iam ter juros permanentemente naqueles valores. E hoje está-se neste patamar, juros e gastos similares trezentos e setenta mil, nem tudo é juros. Em tempos o senhor Deputado quase que fez aqui uma aposta com o Dr. Silvério Regalado que os juros iam chegar a quatrocentos mil e não ao valor fantasioso que estava no orçamento. Não errou por muito, errou mais no tempo, porque o efeito do aumento de juros foi diferido e chegou um pouco mais tarde às contas do Município. Aquilo que vai acontecer não vale a pena rezar para os juros descerem, porque não é assim que as coisas passam, para quem segue economia e para quem sabe que o BCE está a resistir à descida dos juros, é que em dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte cinco, eventualmente até em dois mil e vinte e seis, vai-se ter juros altos a serem pagos por esta Câmara Municipal, pelas outras, pelas famílias, pelo País, etc... Essa é a realidade que vai existir. Ao senhor Deputado o que lhe parece da resiliência das contas é que o Município neste momento já não tem estrutura financeira para acomodar os juros, e que estes juros estão a ir parar à dívida. Houve aqui um ligeiro aumento, mas parece ter ouvido o senhor Presidente dizer que a dívida estabilizou. Tudo isto também depende dos períodos que se contam. A contagem do senhor Deputado é parecida com a do senhor Deputado Óscar Gaspar, que há um aumento de quinhentos mil euros na dívida e isto resulta, basicamente, de que não há capacidade para aumento de juros e que isto está a ir parar à dívida diretamente. Foi assim este ano, vai ser assim no próximo e no outro e está-se neste momento a quatro milhões do limite de endividamento legal. De resto, este documento, para o senhor Deputado, é uma fantasia, é mais do mesmo, bateu-se o recorde de resultados líquidos negativos, quatro milhões e meio de euros. Pode voltar-se à história das amortizações, efetivamente são seis milhões, se não houvesse amortizações ter-se-ia um resultado líquido positivo. Aqui o senhor Deputado Sidónio Sansana é mais otimista que o Dr. Óscar Gaspar, como o nível de investimento está a diminuir lá vai chegar o dia em que não vai haver amortizações e pode ser que nesse dia haja um resultado líquido positivo. Enquanto isso não acontecer continua-se a bater recordes, estar uns bons anos com resultados líquidos consecutivos negativos. Vagos deverá ser um dos primeiros Municípios a chegar a valores patrimoniais negativos, mas o Executivo Municipal não tem culpa desta falta de brio sozinha. Quando o Tribunal de Contas critica o Município por ele apresentar resultados líquidos tão negativos, mas depois a nível nacional não há uma intervenção legal no sentido destes documentos refletirem verdadeiramente o que são as contas dos Municípios, o senhor Deputado não consegue levar este relatório a sério. -----

----- **Juan Martins**: O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que mais uma vez o Partido Socialista apresenta uns slides “manhosos”, com números que dão jeito para fazer estas coisas. Depois há um outro partido que sugere que as contas não são verdadeiras. O senhor Deputado nem sabe o que dizer. Quando se fala em investimento tem de se olhar no investimento no sentido lato. O Partido Socialista apresentou aqui uma questão que é o desinvestimento e que os

ativos diminuíram, mas não é verdade. Nas contas os ativos fixos aumentaram sete milhões de euros, os números são números não há como falseá-los, ao contrário do que diz o CHEGA, que as contas não são verdadeiras. Isto é o que está, há um aumento dos ativos fixos tangíveis de sete milhões de euros e até em termos líquidos há um aumento de cerca de milhão e meio. Há investimento, além dos bens patrimoniais, estradas e edifícios há outro tipo de investimentos em que o Partido Social Democrata investe: nas pessoas e na educação. Este relatório de contas reflete um aumento de despesa na educação, como se pode ver. Há a transferência de competências na educação e na saúde, logo há um aumento de despesa com o pessoal. Ao contrário do que o Partido Socialista quer dar a entender é justificado pela transferência de competências. O PS aparece ali com um número, na ligação da A17 à ZIV, diz que está a zero, mas não é verdade. O senhor Deputado Óscar Gaspar sabe perfeitamente o trabalho que está a ser feito, por parte da Câmara Municipal, e a quantidade de terrenos que já foram comprados para esta ligação. Portanto, pode apresentar zero, mas a realidade é outra. Tudo isto é do conhecimento público e o senhor Deputado Óscar Gaspar também está a enganar as pessoas quando apresenta aqueles documentos, os slides “manhosos”. Aquilo que se fala quando há o desinvestimento há o património em termos dos capitais próprios, património líquido, há uma diminuição efetiva sim, quatro milhões e quatrocentos mil euros de prejuízo, é verdade. O senhor Deputado também preferia que não existisse este valor, embora não o preocupe nada. O investimento nas pessoas e nos bens está lá nestas contas. Este é o documento do PSD com muito orgulho, independentemente de tudo o que se diga, nestes slides “manhosos”, que se quer fazer passar e fugir à realidade dos factos e dos números. Os números estão lá, as pessoas sabem, se quiserem, entender isto e não olhem para os slides “manhosos” do Partido Socialista. -----

----- **Óscar Lopes:** O senhor Deputado Óscar Lopes usou da palavra e referiu que em relação aos slides “manhosos” eles espelham uma realidade que não pode ser escondida. Infelizmente, todos sabem que a Câmara Municipal está a passar um mau momento a nível de pagamentos, se assim não fosse não havia Presidentes de Junta a pedir as transferências necessárias, que não andavam atrasadas, as senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal já teriam sido pagas, estão com um ano de atraso, entre outras coisas. Estar a chamar a uma apresentação com muita credibilidade esta que foi feita, quando se sabe que o senhor Deputado Óscar Gaspar é das pessoas, a nível nacional, que melhor sabe analisar as contas, não só pela experiência que já teve noutras funções, slides “manhosos” é um pouco pernicioso na medida em que são verdadeiros. E são tão verdadeiros que as reservas que o auditor da certificação legal de contas apresenta o comprovam. O senhor Deputado irá apresentar um pedido à Mesa no sentido de o revisor oficial de contas vir, efetivamente, esclarecer as reservas que levantou no documento de modo a ser mais credível, porque ele apresenta as reservas, mas podia ir um pouco mais além. O documento do revisor oficial de contas pode ou não demonstrar, efetivamente, que há coisas que não estão corretas. É uma entidade externa, é uma avaliação das mais rigorosas que pode ser feita, mas nesta certificação em concreto as reservas foram um pouco além daquilo que era espetável. Em relação às dívidas pode começar-se, por exemplo, pela dívida a fornecedores, que aumentou para o dobro. Está a falar-se

de um valor de dois milhões, no ano dois mil e vinte e dois, para três mil e setecentos milhões em dois mil e vinte e três, um aumento de quase 80%. É obvio que se podem dar muitas explicações, mas cada vez que se pega neste número são fornecedores que estão a precisar desse dinheiro para fazer os seus normais desenvolvimentos. Por exemplo, os juros na última prestação, no ano passado, já se previa que iria haver problemas, porque os juros andavam na casa dos oitenta e oito mil euros e este ano passaram para duzentos e setenta mil euros, ou seja, tiveram um aumento de 306% e não 207% como está no relatório na página oito, que está errado. Dois mil e vinte e quatro, o presente ano, vai haver um aumento que se vai comparar a um valor aproximadamente gasto no Animar o Verão. Por isso, vai ter de se começar a pensar se é para ter as mesmas festas no Concelho de Vagos como tem havido até então ou se é para continuar a ter os compromissos cumpridos. As coisas não estão bem, e não adianta falar em slides que não estão corretos, porque se estivessem bem ninguém aqui se iria opor. As coisas estão mal, porque senão os fornecedores não estavam sem receber. O senhor Deputado sempre que vai à Câmara Municipal sente uma certa vergonha, porque estão sempre três ou quatro pessoas para falar e tentar saber quando é que vão receber e até já evita descolar-se lá. Este é um problema que se agudiza. Se os slides são “manhosos”? o senhor Deputado acredita que não, porque espelham alguma realidade daquilo que é o correto. ----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos. Assim sendo, começou por esclarecer que a Câmara Municipal não aumentou impostos, aumentou a receita de impostos, é a dinâmica do Município. Se há mais dinâmica no Município as pessoas pagam mais impostos, não é um aumento de impostos, isso não existe. Relativamente às situações referidas pelo senhor Deputado Óscar Gaspar como sendo falsas essas já foram aqui referidas por diversas vezes nesta Assembleia noutras prestações de contas. Estas situações têm a ver com os fundos comunitários, tem de haver alguma verba inscrita para o Município poder candidatar-se a fundos comunitários. Em dois mil e vinte e quatro o Município pode candidatar a fundos comunitários, por exemplo para as escolas e centros de saúde, mas tem de ter uma verba aberta para se conseguir ir buscar. Esta questão já foi aqui explicada várias vezes noutras ocasiões e não há aqui nada de falso, é um ato de gestão. O Município de Vagos não está mal, e em relação ao resultado líquido negativo, isto são situações que vão afetando os Municípios ao longo da sua gestão. Por exemplo, o aumento do resultado líquido tem algumas causas que pode melhorar, ou não. As depreciações afetam o resultado líquido, e Vagos é um Município extenso. A estrada Rines – Sanchequias custou três milhões de euros, tem uma vida útil de vinte anos, perde-se cerca de cento e cinquenta mil euros só em depreciações todos os anos. A provisão dos processos judiciais, por exemplo, não tinha sido feito e também afetou o resultado líquido. Na altura deu-se 2,5% da participação variável de IRS e isso está a refletir-se agora, apanhou-se neste ano de dois mil e vinte e três quinhentos mil euros. O aumento da despesa com pessoal, aumentos legais, salário mínimo, alteração nas posições remuneratórias, não se pode fugir a essas questões. Os resíduos, um dos problemas que vai acontecer, aumento no tratamento dos resíduos, pagava-se cerca de quarenta mil euros e agora paga-se cerca de cento e dez cento e vinte mil euros e não foi a Câmara Municipal que aumentou esses valores. Estas situações, mais inflação, juros, transferência de

competências, energia, que agora até baixou, antes os contratos eram feitos por dois anos, mas nessa altura aumentou e está a refletir-se neste relatório. Entretanto, há as escolas, a alimentação dos alunos, a ação social, o desporto, ou seja, é uma Câmara Municipal que tem de ser gerida pensando desta forma, isto não é uma empresa. Numa parte deve ser gerida como uma empresa, mas noutra parte tem outras componentes que têm de ser feitas, tem de se dar apoio aos vaguenses no que é necessário. A Câmara Municipal tem feito investimento, tem executado bastantes fundos comunitários. Neste momento há sete milhões e meio de fundos comunitários no novo 2030. Vagos foi dos primeiros Municípios que ter um grande valor em fundo comunitários, porque executou bastantes fundos comunitários anteriormente. Em questão de obras a Câmara Municipal tem esta demonstração, mas parece que não fez nada. Por exemplo, obra recente: Rua da Fonte; zona industrial de Vagos; ciclovias; parcela B; alcatroamentos; Palacete; Rua das Matas; Ponte de Fareja; substituição de sintético; Escola Secundária; rearborização por trás do Museu do Brincar; eficiência energética do edifício da Câmara. Portanto, uma série de obras que podiam aqui ser referidas, que a Câmara Municipal foi fazendo ao longo do tempo e tem feito. Para fazer obra é preciso gastar dinheiro. Em relação às dívidas a fornecedores, há algumas, mas ter vergonha não, é uma situação que pode estar mais favorável numa altura e menos favorável noutra. A Câmara Municipal irá melhorar nesse aspeto, e o senhor Presidente já aqui explicou porque é que aumentou a dívida a fornecedores, a conta corrente, por causa da despesa de capital dos pagamentos que tiveram de ser feitos no encerramento do 2020. No que respeita à certificação legal das contas há referência a dois problemas. Um deles, que está indicado, é a participação da empresa Mais Vagos que irá fazer a sua apresentação das contas, ainda está dentro dos prazos. Com certeza não irá haver qualquer problema nesta situação. A situação com a E-Redes, ou seja, vão existir os novos contratos de concessão, há uma calendarização prevista em Portaria do Estado. Em trinta e um de julho tem de estar toda a informação do património e das amortizações de todos os Municípios, porque vai haver novos concursos das concessões de energia em Portugal. A ERS vai ter de enviar essa informação e vai resolver este problema da E-Redes. A E-Redes tem enviado a informação ao longo dos anos, mas essa informação não era completa, tinha algumas falhas. Agora, até trinta e um de julho esta informação vai ter que ser fornecida e aí conseguir-se-á atualizar toda esta informação. Aqui não se vê qualquer problema nesta reserva de contas, é uma situação que se irá resolver até 31 de julho. –

----- **Juan Martins:** O senhor Deputado Juan Martins voltou a usar da palavra para realçar que as dívidas a fornecedores aparecem até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três e aparecem faturas que podem ter sido passadas, por exemplo, a vinte de dezembro. As contas são uma fotografia do dia 31 de dezembro de dois mil e vinte e três. Quanto às reservas, o ponto dois do relato, refere que não foi possível obter toda a informação que permite a validação da informação que consta dos quadros situação dos contratos e adjudicações por tipo de procedimento de anexo às demonstrações orçamentais. O senhor Deputado pediu esclarecimentos à Câmara Municipal sobre este ponto, não falou com os auditores, e, por isso, toma como verdadeira a palavra do senhor Presidente que foram dados todos os documentos aos auditores. A primeira observação nem valorizou, porque o relatório visto de uma maneira completa, primeiro refere que foi entregue toda a

documentação que é tida como válida, que os números são verdadeiros e depois diz à frente que não bate uma coisa com a outra, que não foi possível verificar a situação dos contratos e adjudicação por tipo de procedimento. O senhor Deputado pediu esclarecimentos e o que lhe foi dito, e aceita como verdadeiro, é que foram entregues todos os documentos e esta referência deve-se ao facto de os auditores não terem conseguido ver toda a informação, isto é, fizeram uma amostragem e não conseguiram ver tudo. -----

----- **Sidónio Sansana:** O senhor Deputado Sidónio Sansana voltou a usar da palavra e esclareceu que não acusou ninguém de falsear o que quer que seja. Aquilo que se passa, aquilo que referiu, é que a legislação, o código contabilístico dos Municípios, tem vícios que não retratam bem a realidade. É de considerar plausível que um Município possa chegar a valores patrimoniais negativos? Isso alguma vez reflete o valor financeiro de um Município, este ou outro qualquer? Isso foi o que disse.

----- **Nuno Moura:** O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra para deixar três notas. Primeiro, quando se continua a tentar fazer crer às pessoas lá em casa que os orçamentos desta Câmara Municipal são só para “inglês ver” e são só “uma folha de couve”, como dizia o senhor Deputado Óscar Gaspar há uns tempos, convém que mais uma vez, numa tentativa de uma explicação para que todos entendam, perceber, e o senhor Presidente da Câmara já o disse, que as verbas são inscritas no orçamento de forma a que possibilitem mais tarde o recurso a fundos comunitários. O senhor Deputado não sabe se são contra o facto de o Município de Vagos ter, ao longo dos últimos anos, conseguido algumas verbas de fundos comunitários que permitem fazer mais obra gastando menos dinheiro próprio do Município. Este é o intuito do orçamento ser assim, isso foi assumido. Os senhores virem aqui constantemente dizer que só foi executado 50% já deviam, ao longo dos anos, ter percebido que as pessoas conseguem perceber que só estão a tentar enganar. Já era tempo de se fazer aquilo que o senhor Deputado Óscar Lopes aqui veio dizer, que se as coisas fossem verdadeiras não havia problema nenhum de se admitir. E não deixa de ser engraçado vir aqui dizer que os slides apresentados pelo Partido Socialista não são “manhosos”, por uma razão muito simples, ou seja, não ter usado esse mesmo raciocínio quando aqui se falou das contas que apresentavam relativamente ao Governo. Quem percebe muito de números, e aí sem dúvida nenhuma o senhor Deputado Óscar Gaspar é reconhecido por todos que tem, efetivamente, capacidade não só nessa área, noutras também, mas nessa especialmente por ser a sua formação, e obviamente que consegue “brincar” com os números. E “brinca” bem, faz o seu trabalho de oposição, convinha é que fosse mais sério para que as pessoas lá em casa percebessem as coisas. Esse é que é o intuito que um membro da Assembleia Municipal devia ter neste ambiente, até por uma razão, ou seja, os grupos municipais são todos anos, antes da prestação de contas, convidados a participar numa reunião de esclarecimentos relativamente à apresentação de contas. O Partido Socialista teve o cuidado de enviar um pedido de esclarecimentos por escrito, não teve a possibilidade de estar presente, mas é lamentável o CDS também não esteve presente. Na reunião apenas estiveram presentes o PSD e o CHEGA. A presença nessa reunião seria suficiente para eventualmente o CDS estar esclarecido quanto às reservas que foram apresentadas pelo revisor oficial de contas, porque aí foi dada uma explicação detalhada e também leva a que não seja

necessário vir para uma Assembleia fazer política com esses documentos querendo fazer crer às pessoas que a realidade é diferente daquela que a Câmara Municipal está a atravessar. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara referiu que relativamente à certificação legal das contas, por causa da questão da validação da informação que consta dos quadros “situação dos contratos” e “adjudicações por tipo de procedimento” do anexo às demonstrações orçamentais e a explicação que obteve dos serviços foi que como a informação enviada é tanta não conseguem ver tudo. Como é óbvio, os auditores fazem esta análise por amostragem e para se segurarem, depois, escrevem o que aqui está, porque não conseguem analisar um a um, mas deviam fazê-lo. A informação foi toda enviada, fazem por amostragem e depois escrevem que não conseguem validar toda. Em relação à contabilidade de gestão a informação que o senhor Presidente tem, e é verdadeira, foram enviados os mapas no modelo antigo, POCAL, porque a Câmara Municipal está a adaptar agora mapas ao SNC-AP. É uma questão que está também referida na certificação das contas, é um trabalho que está a ser feito, é um trabalho difícil, mas que ficará concluído dentro de algum tempo. O que está referido no documento da certificação legal das contas não é nenhum problema de maior. -----

----- **Óscar Gaspar:** O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu um ponto de ordem à Mesa e referiu que o senhor Presidente da Assembleia Municipal remeteu no dia de hoje, à tarde, um ficheiro, dizendo que corrigia um ficheiro anterior, mas há hora que foi enviado já não deu para ser analisado. O que o senhor Deputado quer pedir ao senhor Presidente da Câmara, porque desconhece o teor do ficheiro enviado hoje, é se era possível confirmar que nos apoios às IPSS's de Vagos a IPSS's de Santo André teve trezentos e vinte e seis mil euros no ano passado e a IPSS's de Santa Catarina teve mil e sessenta euros no ano passado. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e pediu autorização à Mesa para ser o Vice-Presidente, Pedro Bento, a responder à questão colocada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar. -----

----- **Vice-Presidente** O senhor Vice-Presidente usou da palavra e esclareceu que os números são o que são, é a realidade dos pagamentos que foram efetuados durante o ano de dois mil e vinte e três. Esta situação é fruto da IPSS de Santo André ser a instituição que mais protocolos tem com o Município, tais como: recursos humanos alocados às escolas; transportes de refeições; refeições; AAAF's; reorganização da rede escolar. Sendo a instituição que mais protocolos tem com o Município é normal que seja a que mais fatura. A Câmara Municipal está em dívida para com a IPSS's e é seu objetivo diminuir essa dívida. Em relação ao facto da IPSS's de Santa Catarina ter recebido apenas mil euros durante o ano de dois mil e vinte e três, foi o único valor transferido, mas em termos de faturação foi o possível. O atraso nos pagamentos não é por falta de insistência da vereação, porque diariamente o senhor Vice-Presidente passa pela divisão financeira a solicitar que sejam feitos os pagamentos às diversas instituições do Concelho. Obviamente, há algumas dificuldades financeiras que irão ser resolvidas, tal como o senhor Presidente já referiu. No fim do ano fizeram-se bastantes pagamentos por causa do encerramento do Programa 2020, as IPSS's são tidas como fornecedores e daí o aumento da dívida dessa rubrica. Com a transição do ano tem estado a entrar verbas dos

fundos comunitários e têm vindo a ser feitos pagamentos às IPSS's. Neste momento a dívida é menor, mas, obviamente, o intuito é que seja o mais baixa possível. É um trabalho que tem vindo a ser feito, está a pagar-se às instituições, de acordo com a faturação que é feita. O serviço é feito, depois é faturado, é feita a elaboração dos mapas e a verificação se os mesmos estão corretos ou se há correções a fazer. Portanto, há todo um procedimento a seguir que também atrasa um pouco, só depois é que é mandado processar de acordo com a disponibilidade financeira e de tesouraria que houver. A Câmara Municipal está a fazer um esforço grande para regularizar a dívida às IPSS's.

----- **Presidente da Câmara Municipal:** O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que em relação à dívida às IPSS's, e aos fornecedores, à medida que o dinheiro do 2020 vá entrando vão sendo regularizados os pagamentos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** O senhor Presidente da Assembleia esclareceu, para que não fique qualquer dúvida, que foi agendada uma reunião na semana passada para discussão da prestação de contas. O senhor Deputado Óscar Gaspar, por indisponibilidade, não pode estar presente e remeteu por escrito uma série de pedidos de esclarecimento, relativamente à prestação das contas, que o senhor Presidente da Assembleia teve o cuidado de apresentar na altura e pedir ao senhor Presidente da Câmara, e aos serviços, para remeter a resposta às questões levantadas. Essa resposta foi dada na quarta feira passada, dia 24, que foi remetida a todos os grupos municipais, depois de ser enviada pelo departamento financeiro, pelo Dr. Nuno André. Hoje foi enviada uma atualização, por nenhuma questão especial, e o senhor Presidente da Assembleia reencaminhou-a para os grupos municipais com o objetivo único de esclarecer todas as questões que possam suscitar dúvidas. -----

----- **Bruno Julião:** O senhor Deputado Bruno Julião pediu um ponto de ordem à Mesa e referiu que o senhor Presidente de Câmara teve a amabilidade de dizer, num dos pontos atrás, que iria facultar informação sobre as dívidas às entidades vaguenses e há pouco perguntou-lhe que entidades eram essas. À luz do que foi agora aqui dito, o senhor Deputado agradecia que incluísse as IPSS's nessa informação, as dívidas à data de hoje, que pudesse enviar à Mesa da Assembleia. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com oito (8) votos contra, dos grupos municipais do CDS, do PS e do CHEGA, e dezanove (19) votos a favor, do grupo municipal do PSD, aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2023. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e uma horas e quarenta e dois minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** \_\_\_\_\_

-----**O(A) Secretário(a),** \_\_\_\_\_